

MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 5 / 2010

SESSÃO N.º II/2010 (ORDINÁRIA)a) – REUNIÃO I b)

REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL / 2010

CONTÉM 13 FOLHAS

- a) Extraordinária ou ordinária, conforme os casos.
- b) N.º da Reunião.

Acta n ° 5/2010**Sessão II/2010 (ordinária) – Reunião I**

Acta da primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique, realizada no dia 30 de Abril de 2010.-----

Aos 30 dias do mês de Abril do ano de 2010, pelas 21h13, nesta vila de Monchique, na sala de reuniões da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão apazada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Dois: Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2010;-----

Três: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2010;-----

Quatro: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Monchique referentes ao período compreendido entre 03/11/2009 e 31/12/2009;-----

Cinco: Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia de Monchique.-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Maria da Graça Moreira da Silva Mira, Primeiro Secretário e por Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Segundo Secretário.-----

Esteve presente o Presidente da Câmara, Rui Miguel da Silva André.-----

Assistiram à sessão os vereadores Luís Filipe de Carvalho Grade e Arminda de Lurdes Andrez, do Partido Social Democrata (PSD) e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota, do Partido Socialista (PS).-----

Pelas 21h13 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Alves Francisco, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa, António Silvestre da Silva Nunes, Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis, Humberto Marques Varela

e Ana Paula Gervásio Penteado de Almeida; do PSD: Fernando António Andrez Várzea, Catarina Maria Nunes Chula, Stephen John Hugman, Humberto Fernandes Sério, José Armando Vicente Ramos Lopes, Carlos Manuel Duarte da Assunção e Marta Sofia Tiago Martins.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão.-----

Votação das actas das reuniões das sessões ordinárias VII/2009 e I/2010 da Assembleia Municipal de Monchique.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura das actas das quatro reuniões da sessão ordinária VII/2009, realizadas em 30 de Dezembro de 2009, 8 de Janeiro de 2010, 15 de Janeiro de 2010 e 29 de Janeiro de 2010, e da reunião única da sessão I/2010, realizada em 26 de Fevereiro de 2010, que foram atempadamente enviadas aos membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o Plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo daquelas.-----

Não houve qualquer reparo ao conteúdo das actas em apreço pelo que foram colocadas à votação.-----

Acta da Reunião de 30.12.2009: Aprovada por maioria com a abstenção do membro José Alves Francisco;-----

Acta da Reunião de 08.01.2010: Aprovada por maioria com a abstenção do membro José Alves Francisco;-----

Acta da Reunião de 15.01.2010: Aprovada por maioria com a abstenção do membro José Alves Francisco;-----

Acta da Reunião de 29.01.2010: Aprovada por maioria com a abstenção do membro José Alves Francisco;-----

Acta da Reunião de 26.02.2010: Aprovada por unanimidade.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente:-----

Registado com o nº	Referência do doc.	Data do doc.	Origem	Assunto:
29	-	23-02-2010	Assembleia Municipal Lagos	Envia proposta aprovada na Assembleia Municipal Lagos relativa à viabilização da

				ALICOOP
30	-	3-03-2010	João Manuel Malveiro Amado	Justifica falta à sessão da Assembleia Municipal de 26-2-2010.
31	34	26-02-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Envia boletim ANMP nº 188, referente a Fevereiro 2010.
32	-	12-03-2010	Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira	Agradece manifestação de solidariedade para com os madeirenses.
33	1250	26-03-2010	Câmara Municipal de Monchique	Remete telefone celular para uso do Presidente da Assembleia Municipal.
34	43	25-03-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Solicita manifestação de solidariedade para com o Funchal.
35	45	31-03-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Envia boletim ANMP nº 189, referente a Março 2010.
36	50	5-04-2010	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Solicita manifestação de solidariedade para com municípios da Região Autónoma da Madeira.
37	-	6-04-2010	CESP, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Escritórios e Serviços de Portugal	Solicita solidariedade para viabilização da ALICOOP.
38	1557	15-04-2010	Câmara Municipal de Monchique	Solicita o agendamento de assuntos para a II Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Monchique.
39	169	14-04-2010	Juventude Desportiva Monchiquense	Envia boletim informativo 'O Clube da Bola' nº 4 referente a Abril 2010.
40	-	21-04-2010	Secretária da Assembleia Intermunicipal do Algarve	Convoca para reunião da Assembleia Intermunicipal em 29 de Abril de 2010.
41	195	21.04.2010	Juventude Desportiva Monchiquense	Convida para evento 'Cicloturismo da Liberdade'.
42	1640	22.04.2010	Câmara Municipal de Monchique	Envia despachos da Câmara Municipal para conhecimento da Assembleia.
43	1648	23.04.2010	Câmara Municipal de Monchique	Envia documentação e solicita correcção da Ordem de Trabalhos.
44	-	26.04.2010	José Manuel da Silva Furtado	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal, de 30 de Abril de 2010.
45	-	27.04.2010	Humberto Fernandes Sérgio	Justifica falta à reunião da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2010.
46	-	28.04.2010	Humberto Fernandes Sérgio	Solicita a anulação da sua comunicação de 27.04.2010, registada com o nº 45.
47	-	30.04.2010	António Silvestre da Silva Nunes	Reitera pedido de certidão à Câmara Municipal de Monchique dos despachos para a publicação de aviso no DR.
48	1749	30.04.2010	Câmara Municipal de Monchique	Remete certidões requeridas pelo ofício PP A.M. 65/10.

Justificação de faltas. Foram presentes: carta do membro José Manuel da Silva Furtado, sem referência, de 26 de Abril de 2010, registada com o n.º 44, com justificação para a falta à presente reunião da Assembleia Municipal e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte na lista do PS à Assembleia Municipal; carta do membro João Manuel Malveiro Amado, sem referência, de 3 de Março de 2010, registada com o n.º 30, com justificação para a sua falta à reunião da sessão I/2010 da Assembleia Municipal, de 26 de Fevereiro de 2010.-----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daqueles deputados municipais.-----

Período de intervenção do público, (artº 20º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique): Não houve inscrições para intervenções da parte do público presente.-----

Seguidamente deu-se entrada ao **Período Antes da Ordem do Dia**-----

O Presidente da Mesa inquiriu os presentes por intervenções que eventualmente quisessem fazer.-----

Da parte do Plenário não houve qualquer intenção de intervenção.-----

Assim deu-se por encerrado este período.-----

Sendo 21h30, hora limite para o registo de assiduidade dos membros é o seguinte o quadro de presenças nesta reunião:-----

-----**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PS	José Alves Francisco (em substituição de José Manuel da Silva Furtado)
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira
PSD	Catarina Maria Nunes Chula
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PSD	Stephen John Hugman
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Humberto Fernandes Sérgio

M

PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	José Armando Vicente Ramos Lopes
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PSD	Carlos Manuel Duarte da Assunção
PS	Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Humberto Marques Varela
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmeleite	Marta Sofia Tiago Martins
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Ana Paula Gervásio Penteado de Almeida

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PS	José Manuel da Silva Furtado	Apresentou solicitando substituição
PSD	João Manuel Malveiro Amado	Não apresentou

Seguidamente deu-se entrada ao **Período da Ordem do Dia**.-----

Ponto Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa constituir o anexo nº 3/2010 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, querendo, complementar oralmente a informação escrita.-----

Falou o Presidente da Câmara tendo dito que no dia de hoje decorrera um reunião da *Águas do Algarve*, razão pela qual o respectivo relatório não fora integrado na informação escrita e seria agora entregue aos senhores membros. Chamava a atenção, a esse propósito, para algumas novidades, como fossem o lançamento do concurso para o projecto e construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Companheira, a servir diversos municípios; concurso esse que preconizava a adjudicação da exploração, durante cinco anos, aos construtores, o que oferecia ao dono da

obra algumas garantias do bom funcionamento da infra-estrutura.-----
Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros para intervenções relativas a este ponto.-----

Falou o membro Carlos Almeida reportando-se ao tema iluminação pública, lembrando que já abordara o assunto anteriormente mas dizendo que continuavam a verificar-se e mesmo a agravar-se as situações que mencionara, sinal de que nada tinha sido feito no sentido de obviar o problema. Chocava-o ver uma entidade como a EDP dar rendimentos escandalosos aos seus administradores e a servir tão mal os seus utentes que pagam impostos e têm contas em dia e, nesse sentido, solicitava que o Presidente da Câmara fosse exigente com vista à solução do problema. Falou depois da Rua de São Sebastião dizendo verificar que esta fora intervencionada para além do necessário, porventura com gasto supérfluo do erário, pois teria bastado reparar alguns buracos por ora, até se fazer a avaliação do estado das condutas de água e proceder então à obra definitiva. Disse depois que nos últimos tempos era notória uma grande dificuldade em estabelecer contacto telefónico com a Câmara Municipal pelo que solicitava ao Presidente que averiguasse e tentasse solucionar essa questão. Prosseguiu referindo a Feira dos Enchidos e dizendo que o argumento de poupança declarado neste Plenário significara afinal um desinvestimento pois o que se vira fora um decréscimo tanto de visitantes como de vendas de produtos e de refeições servidas nos restaurantes. A divulgação do evento também não fora a mais eficaz e assim só teria sido poupança se, com menos investimento, se tivessem conseguido os mesmos resultados. Terminou a sua intervenção, ainda reportado ao mesmo tema, perguntando qual a razão ou critérios que tinham levado a que alguns produtores tivessem participado no certame sob a alçada da Associação *Danciarte*.-----

Falou o membro António Silvestre lembrando que tinha requerido formalmente, certidões de alguns despachos relacionados com as classificações de serviço de um colaborador do Município e, até ao momento, não obtivera qualquer resposta ou sequer uma hipotética informação sobre a dificuldade em obter tais certidões.-----

Atalhou o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que a Mesa tinha de prestar um esclarecimento sobre o assunto em apreço. No dia de hoje, tivera conhecimento da resposta do Órgão Executivo (vd. ofício recebido ref: 1749, de 30.04.2010, registado com o nº 48) a um ofício enviado pelo Órgão Deliberativo (vd.

ofício expedido ref: PP A.M. 65/10, de 2010.04.07). Seguidamente, e antes de proceder à leitura de ambos os documentos referenciados, disse que era preferível os requerimentos à Mesa passarem a ser na forma escrita, de forma a obviar os problemas do reencaminhamento oral, que não é garante de fidedignidade. No caso em apreço o requerimento, na forma oral, tivera de ser verificado através da acta da reunião onde fora proferido, para garantir que o seu teor era devidamente transcrito, e passado posteriormente a escrito. Disse ainda que as relações institucionais entre os órgãos, executivo e deliberativo eram entre os respectivos presidentes, pelo que solicitava que, de futuro, a correspondência endereçada à Assembleia fosse subscrita pelo Presidente da Câmara. Seguidamente leu os documentos ao Plenário após o que deu, de novo a palavra ao membro António Silvestre.-----

Prosseguiu o membro António Silvestre dizendo que uma das normas elementares do Código de Procedimento Administrativo (CPA) pressupunha que as certidões de despachos devem conter todos os elementos suficientes que permitam entender as motivações que levaram às decisões tomadas. Assim, considerava a resposta ao seu requerimento como não satisfatória, razão que o levava a reiterar o seu pedido, por escrito, pedindo a ressalva de se entender que as palavras constantes no requerimento que previamente elaborara, '*nenhuma resposta*' queriam efectivamente significar '*resposta não satisfatória*'. Seguidamente o membro fez chegar à Mesa um requerimento, que passa a constituir o anexo nº 4/2010 às actas. -----

Respondeu o Presidente da Câmara às questões colocadas começando por dirigir-se ao membro Carlos Almeida dizendo que a Feira dos Enchidos do ano corrente tinha sido bastante participada e também a que maior número de expositores tivera. Das impressões que colhera ressaltava o espaço mais bem organizado e vendas similares a edições anteriores. O investimento em publicidade, esse sim, fora reduzido mas os resultados tinham sido satisfatórios. No respeitante à questão colocada sobre a dificuldade nos contactos telefónicos com a Câmara respondeu que, efectivamente, estavam a registar-se algumas anomalias que, todavia, estava a tentar resolver. Em relação à Rua de São Sebastião disse que a questão das canalizações fora ponderada mas o estado do pavimento exigira uma intervenção imediata, ainda não terminada, depois de algumas tentativas de arranjos mais simples que não resultaram. Relativamente ao assunto do membro António Silvestre disse que não podia fornecer as informações solicitadas porque o pedido, da

parte do funcionário em causa, fora feito por via judicial e encontrava-se assim na alçada do tribunal; já dera origem a processo de averiguações que por sua vez deu origem a um processo disciplinar. Uma vez que o processo estivesse concluído o Plenário teria conhecimento dos factos.-----

Falou o membro Paula Gervásio, Presidente da Junta de Freguesia de Monchique, reportando-se à Feira dos Enchidos, questionando, tendo em consideração que se verificava de ano para ano uma diminuição do número de produtores de enchidos tradicionais presentes, que estratégias tinha o Executivo para inverter essa tendência, já que, pela designação do certame, a maior parte de expositores deveria estar relacionada com enchidos. Poderia, porventura, ponderar-se alterar a designação do certame para Feira do Medronho, já que este produto e seus afins experimentavam uma fase de crescente reconhecimento, até pela recente celebração da escritura da Confraria do Medronho *Os Monchiqueiros*.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara dizendo que a iluminação pública era um tema que preocupava o Executivo, de tal modo que no dia presente tivera uma reunião com o técnico da EDP para o concelho para esclarecer várias situações, designadamente a resposta dada por aquela entidade ao Município de que a reposição solicitada de alguns pontos de luz públicos estava feita e constatar-se depois que tal não sucedera; tinha uma outra reunião agendada para 3 de Maio p.f. com responsáveis daquela empresa para resolver essa e outras questões prementes para o concelho. Falou depois da Feira dos Enchidos dizendo que no ano em curso estivera apenas menos um produtor de que no ano passado e tal devia-se em parte à obrigatoriedade de enquadramento no Regime de Exercício da Actividade Industrial (REAI), que limitava a participação de alguns deles. No ano em curso tinham-se poupado 21838 euro com o evento pois suprimira-se muita da publicidade que não tinha justificação de ser; quanto à menor afluência disse que, efectivamente, no primeiro dia, tal notara-se, por causa das condições atmosféricas e pela diluição proporcionada pelo verificado alargamento do horário, contudo, no segundo dia, a feira tivera uma afluência como não se lembrava de ver desde a primeira edição, da qual fora o mentor. Quanto à diminuição de refeições servidas nos restaurantes da mostra, disse que se estava a viver uma crise económica conjuntural que certamente justificava isso.-----

Falou ainda o membro Paula Gervásio retomando o tema e dizendo que não

obtivera resposta satisfatória ao que perguntara, pelo que reiterava a questão de saber o que o executivo pensava fazer para inverter a tendência verificada, pois um produtor a menos, num universo de seis, representa uma percentagem considerável e, se em cada edição se perder um, isso significa que, dentro de seis anos, não haverá um único produtor num certame com a designação de feira de enchidos. Disse também que o evento em referência não deve ser de uma pessoa só mas do colectivo que conjuga esforços para o bem comum, pelo que esperava que a Câmara Municipal voltasse a solicitar a colaboração da Junta de Freguesia de Monchique, a exemplo do que era usual, para participação neste e noutros eventos, pois a Junta encontra-se disponível para cooperar no desenvolvimento da freguesia em particular e, genericamente, no do concelho.-----

Respondeu o Vice-Presidente da Câmara ressaltando que mencionara a sua pessoa como mentor da feira porque, de facto fora ele que fizera os contactos com os produtores com vista à sua participação na primeira edição. Disse que de 1995 a 2009 a feira deixou de contar com 26 produtores, isto é, na vigência de outro Executivo que não o actual, razão pela qual essa satisfação teria de ser pedida a outrem. Terminou dizendo que, em entrevistas que dera, já aventara a probabilidade de a designação do certame passar a mencionar também outros produtos locais que estavam em fase de reconhecimento e consolidação crescente.-----

Falou o membro Carlos Almeida, dizendo não ter obtido resposta à sua questão sobre o patronato da associação *Danciarte* a diversos expositores da Feira dos Enchidos. Disse que também mantivera conversa com diversos expositores presentes no certame que lhe tinham transmitido uma imagem mais pessimista que aquela que o Executivo estava a passar, tanto no que respeita a vendas como na contabilização de afluência e, sendo que a crise global não podia ser justificação única para resultados fracos, constatava-se que este Executivo também não fizera tudo bem, e por essa razão não lhe ficava bem a *bandeira* que estava a levantar. Reiterou, de resto, a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Monchique acrescentando que, à Câmara Municipal, cabe um papel de dinamizador activo para viabilizar a presença de um maior número de produtores de enchidos, incentivando e promovendo a sua legalização a exemplo do que faz actualmente com os produtores de medronho.-----

Falou o Presidente da Câmara dizendo não ser favorável à mudança de

designação do certame, tendo em conta todo o capital cultural e de tradição que durante os anos aquele foi amealhando, como um bem colectivo e não de uma individualidade, pois quem vem à feira dos enchidos, hoje em dia, não vem só comprá-los, vem também para ver a família e amigos e vem usufruir de Monchique e da serra. Por sua vez o mel de Monchique, certificado com designação de origem, e o medronho não podem deixar de ter presença marcante na feira que, se acabasse, deixaria de ser a alavanca de motivação para os produtores continuarem com este labor. Assim, a feira dos enchidos será para continuar dentro do mesmo registo, com a participação de todas as entidades, apenas se procedendo ao *limar de arestas* tentando melhorá-la e evitando gastos supérfluos, como já se fez na edição deste ano. Quanto à questão da associação *Danciarte*, explicou que o patrocínio proporcionado aos produtores fora uma solução para possibilitar que alguns deles pudessem vender na feira visto, de acordo com o que fora transmitido pelo eng^o Meirinho, da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), aquela tratar-se de uma associação sem fins lucrativos.-----

Falou ainda o membro Carlos Almeida manifestando a sua indignação pelo absurdo que considerava esta imposição da ASAE a produtores que ainda no ano transacto tinham participado na feira, de modo legal, cumprindo com todas as normas obrigatórias. Este era, na sua opinião, mais um fundamentalismo, inaceitável, a merecer oposição da Câmara Municipal.-----

Falou o membro António Silvestre dizendo que o requerimento que apresentara, de certidões de alguns despachos relacionados com as classificações de serviço de um colaborador do Município, não tinha nada a ver nem requeria sondar segredos de justiça ou processos de averiguações. Em causa estava, sim, dar conhecimento à Assembleia do teor de documentos que não têm carácter confidencial.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por dizer que não voltaria a falar sobre o tema abordado pelo membro António Silvestre. Reportou-se depois à intervenção do membro Carlos Almeida dizendo que a Câmara Municipal sempre dera e continuava a dar todo o apoio que os produtores necessitam encaminhando, fornecendo projectos e acompanhamento, porém os beneficiários teriam de demonstrar mais interesse não se predispondo só a começar a tratar dos assuntos de legalização quinze dias antes do evento.

Disse também que a edição da Feira dos Enchidos do ano passado já fora

feita com o beneplácito da ASAE que, devido ao curto de espaço de tempo decorrido entre a publicação da lei, em Janeiro de 2009, e a realização do evento, em Março, permitiu, excepcionalmente, a presença individual dos produtores nessa edição. Quanto a afrontar a ASAE ou outras entidades disse que tal não era a sua maneira de encarar problemas; queria outrossim que as todas as situações relacionadas com a feira e com os produtores concorressem para a legalidade, cumprindo padrões de salubridade e higiene pois assim é que se garantia a qualidade.-----

Falou o membro Fernando Várzea dizendo que as satisfações que os membros António Silvestre e Carlos Almeida estavam a pedir ao Executivo davam a entender que o PS estava ilibado de responsabilidades, tanto no que respeita à iluminação pública como no que respeita à Feira dos Enchidos, quando afinal, o grosso do abandono de produtores daquele certame aconteceu durante a administração do Executivo daquele partido e, por essa razão, a responsabilidade política disso era do PS. Quanto ao requerimento do membro António Silvestre, não via que ligação os despachos solicitados pudessem ter com as atribuições da Assembleia Municipal mas, se era tão importante, entenderia sim que o membro explicasse ao Plenário o contexto da situação que levou o funcionário da autarquia a dirimir um assunto de trabalho em tribunal; a resposta dada pelo Executivo, já lida pelo Presidente da Assembleia Municipal, para si era satisfatória.-----

Falou o membro Stephen Hugman, referindo que muitos potenciais interessados estavam impedidos, por força das limitações impostas pela Reserva Ecológica Nacional (REN), de investir em actividades económicas de aproveitamento e rentabilização de espaços rurais, de que deu exemplo parques de campismo e produtores, pelo que perguntava qual a atenção que a prevista revisão do Plano Director Municipal (PDM) tinha para com estes temas.-----

Falou o membro Graça Mira perguntando ao Presidente da Câmara qual o destino a dar às esculturas de cera provenientes do simpósio recentemente ocorrido em Monchique. Perguntou também porque razão não se realizara um concerto e uma mostra de folares publicitado num folheto da autarquia alusivo à semana santa em Monchique, e bem assim a quinzena gastronómica da Páscoa, também publicitada, pois quando, na ocasião, se dirigiu a um dos restaurantes constante da lista de participantes foi-lhe dito que não tinham conhecimento de tal evento.-----

Falou o membro António Silvestre invocando responder à citação do seu nome pelo membro Fernando Várzea e dizendo que, quem mencionara o facto de haver um processo em tribunal não fora a sua pessoa, mas sim o interlocutor, e o que requeria não tinha a ver com isso mas apenas com saber o teor dos despachos, pois a resposta do Executivo, nesta reunião, não fora satisfatória por incompleta.-----

Falou o membro Carlos Almeida dizendo não aceitar as alegações de responsabilização imputadas pelo membro Fernando Várzea à bancada do PS porque esta estava a cumprir o seu papel de oposição responsável, não demagógicamente como no passado muitas vezes sucedeu com a outra bancada. As questões que colocara eram pertinentes e legitimadas pela representação eleitoral que o PS detinha das eleições autárquicas, muito equiparada à do PSD, razão pela qual repudiava o tom fundamentalista com que o membro Fernando Várzea por vezes defendia a sua bancada, chegando a confrontar situações que nem tinham sido abordadas.-----

Falou o Presidente da Assembleia Municipal começando por dizer que os membros tinham legitimidade para questionar qualquer assunto relativo à acção do Executivo, conforme consignado na Lei e no Regimento, e essa competência não tinha sido ultrapassada aqui. Referiu depois que as obras no edifício dos Paços do Município estavam a tornar-se morosas, pois há pelo menos cinco meses que a Assembleia Municipal era obrigada a reunir no auditório da Caixa Agrícola, tempo, quanto a si, suficiente para o término das obras. Referiu a esse propósito que, nos mandatos anteriores, por via do seu relacionamento pessoal com o então Presidente da Câmara, o despacho da Assembleia Municipal era feito no próprio gabinete daquele, razão pela qual nunca se colocara a questão de haver um gabinete para o Órgão Deliberativo que, contudo, se colocava agora. Assim perguntava ao Presidente da Câmara o que este podia dizer relativamente a esse respeito.--

Falou o Presidente da Câmara, começando por dizer, relativamente à intervenção do membro Stephen Hugman, que as dificuldades de certificação e legalização de produtores, designadamente de enchidos, prendiam-se não tanto com condicionantes do espaço mas mais com legalização de construções que eles queriam destinar a esse fim. Um debate da temática PDM, por abrangente, seria mais oportuno noutra ocasião. Depois respondeu à intervenção do membro Graça Mira tendo dito que as figuras de cera estavam primeiramente destinadas ao *Longevity Resort*, nas

my

Caldas, mas posteriormente e porque ganharam uma grande carga de religiosidade cristã, optou-se por não as colocar lá para, eventualmente, não ferir susceptibilidades, e destiná-las às igrejas onde estão para ser colocadas brevemente. No concernente à quinzena da Páscoa disse que, para primeira experiência, efectivamente houve coisas que correram mal, como a mostra dos folares, e outras que foram bem sucedidas, como o simpósio de escultura em cera e o tapete de flores, que teve uma participação espontânea da população, o que agradecia. Reportou-se depois à intervenção do membro Carlos Almeida para dizer que a bancada do PS representava uma parte da população mas a figura do Presidente da Câmara tinha a responsabilidade acrescida de a representar na totalidade e verificava, com algum desagrado, que, no contexto da conjuntura de crise que se vive, se estava há hora e meia sem avançar na agenda, quando havia temas tão ou mais importantes para debater, se bem que o facto de se estar a falar de Monchique fosse, contudo, importante e atenuasse esse desagrado. Falou depois das obras no edifício dos Paços do Município tendo dito que estas estavam a demorar bastante mais tempo do que o aceitável, causando diariamente grande transtorno a quem trabalha no local, num espaço confinado e sem condições tanto para receber visitas como para atender pessoas. Não havendo ainda uma data garantida para o término de tais obras, não estava ainda planeada a distribuição dos espaços, razão pela qual não tinha, para já, resposta a dar ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

Terminadas estas intervenções deu-se por encerrado esta ponto da Ordem de Trabalhos e deu-se entrada ao ponto seguinte.-----

O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que os pontos 2 e 3 fossem discutidos em simultâneo uma vez que se entendiam como interdependentes, e votados em separado, pelo que inquiriu os presentes se havia objecções àquela metodologia de trabalho.-----

Da parte destes não houve objecções pelo que se deu entrada aos dois pontos seguintes em agenda.-----

Dois: Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2010;-----

Três: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2010;-----

Após a entrada destes pontos cujos documentos correspondentes constituem respectivamente os anexos n.ºs 5/2010 e 6/2010 às actas, o Presidente da

Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este complementar oralmente o teor dos documentos escritos.-----

Falou o Presidente da Câmara começando por notar que estes eram os primeiros documentos respeitantes a planeamento elaborados pelo actual Executivo e agradecendo a colaboração que recebera da parte dos técnicos. Prosseguiu dizendo ter mantido também reuniões com cada um dos presidentes de junta do concelho e posteriormente com todos. Por sua vez encontravam-se reflectidas nos documentos algumas indicações dos vereadores do PS. Deveriam conter outros itens, designadamente os que têm a ver com os objectivos traçados no programa eleitoral do seu partido, mas houve que prosseguir projectos e obras já em execução ou em andamento e contemplar também algumas já executadas e ainda não pagas, pelo que se trata do que pode apelidar-se por *arrumar da casa*, tentando poupar no que seja possível recorrendo à administração directa, quando viável, orientando as estruturas para uma perspectiva de qualidade que faça os serviços funcionar melhor e com menos morosidade, com um esforço para o reequilíbrio financeiro, pois houve inclusive necessidade de negociar com a banca e credores algumas situações da dívida existente, o que, em resumo, leva a que o ano em curso seja de algum constrangimento da acção, a que não é também estranha a actual conjuntura de crise económica que se atravessa. Disse também que os programas de ambos os partidos eram coincidentes em muitos pontos, de que eram exemplo o parque empresarial, a casa de abate e o parque de exposições e feiras que, por isso, estavam também contemplados nos documentos. Também a acção social, que fora uma das premissas do programa eleitoral da sua campanha, estava considerada nos documentos não só em projectos próprios como em apoios a instituições de solidariedade como o Centro de Dia de Marmeleite e a Casa do Povo de Alferce. Sublinhou, a este propósito, o empenho que o anterior Executivo tivera com estes processos, a que agora se dava continuidade. Terminou dizendo que não se inscrevera toda a verba destinada aos itens, por se tratar de planos plurianuais, mas apenas as parcelas previstas para o ano em curso.-----

Falou o membro José Armando Ramos dizendo que, da sua leitura dos documentos em apreciação verificara que muitos das rubricas inscritas reportavam-se a obras que já estavam em curso ou com o seu início previsto, para dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado. Verificava

também que havia alguns sectores que eram valorizados como fossem o Ensino, a Acção Social e mesmo a Habitação, relativamente ao qual solicitava que o Presidente da Câmara pormenorizasse as dotações de renovação do parque habitacional. Disse depois que, com algum desapontamento, verificava que alguns dos projectos defendidos desde sempre pela sua bancada, Casa de Abate, Parque de Exposições e Feiras e Parque Empresarial não podiam ainda ser dotados como seria conveniente, por via da situação financeira da autarquia. Não se pretendia fazer num ano o que não fora feito em quatro ou cinco mas não se podia deixar de reiterar a intenção de realizar esse projectos. Terminou dizendo concordar com o membro Carlos Almeida quanto à assumpção e repartição de responsabilidades políticas da cada uma das bancadas.-----

Falou o membro Carlos Almeida dizendo que os documentos em apreciação já podiam ter sido presentes ao Órgão Deliberativo há mais tempo uma vez que eram, na essência, semelhantes aos do ano transacto conquanto o Presidente da Câmara tivesse alguma dificuldade em falar de planos plurianuais. Era curioso que, em anos anteriores, a bancada do PSD, da qual o Presidente da Câmara fizera parte, considerasse os planos apresentados pelo PS irrealistas e designadamente o de 2009, com um montante de pouco mais de 20 milhões de euro do qual este diferia em menos de um milhão. Assim, tendo-se propalado a ideia de que se iria ter um orçamento de contenção, por alegada dificuldade em obter receitas, não era a isso que se assistia agora, sendo que a forma de arrecadação daquelas também não estava clara no documento, designadamente no que respeita a fundos comunitários e venda de bens de investimento. Reservava-se assim o direito de julgar este plano como realista ou não após a sua efectivação.-----

Falou o Presidente da Junta de Freguesia de Alferce, Humberto Varela, perguntando como é que a Câmara pensava apoiar o Centro de Dia daquela freguesia, se previa 90 mil euro para todo o concelho e já era devedora de 40 mil à Casa do Povo de Alferce. Disse também que a inscrição da verba de 150 mil euro destinada às freguesias não era específica sobre os critérios de distribuição, para mais sabendo-se que aquelas já eram credoras da Câmara Municipal. Terminou dizendo que efectivamente houve reuniões com as juntas de freguesia, como o Presidente da Câmara informara mas, para a de Alferce não serviu de nada pois os documentos não a contemplam.-----

Falou a Presidente da Junta de Freguesia de Monchique, Paula Gervásio, dizendo subscrever quase inteiramente a intervenção anterior aplicando-a à Freguesia de Monchique e acrescentando que tinha dificuldade em tomar posição relativamente à aprovação dos documentos em apreciação, uma vez que estes eram vagos em muitas matérias e designadamente no valor a disponibilizar para cada uma das freguesias pelo que solicitava uma explanação mais detalhada da verba inscrita de 150 mil euros. Disse também que, das reuniões mantidas com o Presidente da Câmara, fizera notar necessidades prementes da sua Freguesia como fossem a urgência de renovação das tendas para os participantes da *Artechique*, sob risco de aquele certame, que era uma marca nos eventos locais, deixar de o ser condições de realização; a necessidade de obras de conservação na Casa Social de Casais e a necessidade de haver um sistema mais metódico de limpeza naquela povoação, que passasse eventualmente pela contratação de pessoal. A Junta de Freguesia de Monchique tem a responsabilidade de todo o material de limpeza e higiene gasto nas escolas e jardins-de-infância da freguesia e isso não tem faltado, mas não tem jurisdição sobre pessoal e manutenção dos equipamentos e dos próprios estabelecimentos e nesses aspectos há situações prementes a resolver; por seu turno há protocolos com que a Câmara se comprometeu designadamente o que respeita à Rede de Bibliotecas Escolares e ao Plano Nacional de Leitura, sobre o qual era suposto fazer chegar às escolas verba idêntica à do Ministério e, contudo, nos dois últimos anos tal ainda não sucedera e também não se detectava no documento qualquer referência a essas situações. Para finalizar reportou-se à inscrição de 195 mil euro para instituições sem fins lucrativos para questionar também quais os critérios que levariam ao seu parcelamento pois a informação era vaga, nos termos apresentados.-----

Falou o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que, contrariamente ao que sucedia anteriormente, desta vez o Presidente da Câmara não solicitara o seu préstimo para participar nas sugestões para o orçamento, especialmente naquelas que dizem respeito ao orçamento próprio do Órgão Deliberativo, razão pela qual tomara a iniciativa de solicitar, via ofício, a inscrição de verbas conducentes à instalação de um gabinete próprio. Perguntava assim que comentário isso merecia do Presidente da Câmara.-----

Falou o membro António Silvestre dizendo que as novidades que descortinara neste Orçamento, em quase tudo semelhante ao anterior, tinham

24

sido três projectos no âmbito da acção social dotados com 70 mil euro, o que não se podia apelar de grande empenho a quem se arrogara “*innovar e contribuir decididamente para uma significativa melhoria na vida social e colectiva*”, contudo, tratava-se de uma opção política. Reportou-se depois às rubricas referentes à construção do quartel da Secção de Marmeleite dos Bombeiros Voluntários de Monchique (BVM) e à construção do novo Centro de Meios Aéreos (CMA), para perguntar se estas obras seriam edificadas em terrenos próprios da autarquia pois não vira qualquer menção à aquisição de terrenos para aqueles fins. Prosseguiu reportando-se à arrecadação de receita tendo dito que verificava uma previsão de acréscimo substancial daquela, o que achava estranho, tendo em conta que a partir de Maio p.f. os serviços da autarquia estavam impedidos por lei, de cobrar taxas, visto que esta não tinha cumprido tempestivamente a directiva para a revisão dos regulamentos; considerando, na melhor hipótese, que esta revisão estivesse em breve preparada, a tramitação necessária até ser finalmente publicada em Diário da República, ainda faria retardar alguns meses a sua entrada em vigor, tempo durante o qual não haveria cobrança de taxas, pelo que perguntava que comentário isto merecia do Presidente da Câmara. Falou também da verba inscrita de 150 mil euro dizendo que esta compreendia a que transitava do anterior o que fazia com que se cifrasse efectivamente perto de 90 mil euro, o que considerava um valor reduzido, acrescentando a isto o facto de não estar discriminado com a devida minúcia, procedimento que considerava pouco transparente. Terminou a sua intervenção dizendo que, no documento, a especificação contabilística que reportava as despesas com pessoal não era consonante com o classificador que vigorava desde Dezembro de 2009.-----

Respondeu o Presidente da Câmara às questões colocadas começando por dizer que as verbas para as freguesias não eram entregues desde 2008, por responsabilidade da anterior gerência da Câmara, situação que considerava lamentável, e que levou a que, no ano transacto, o Executivo em funções nem tivesse chegado a celebrar os protocolos com aquelas. A sua gerência, conquanto não responsável pela situação e não obstante a condição financeira em que se encontra, iria, contudo honrar os compromissos assumidos, razões pelas quais não entendia a análise fria que fora feita. No respeitante à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Monchique, disse que as solicitações feitas à Câmara têm sido satisfeitas,

sendo que se encontram contemplados no orçamento os pedidos feitos tais como as tendas para a *Artechique*, as cedências de transporte, os passeios para idosos, as visitas de estudo, e outros que, obviamente, não são discriminados no documento. Relativamente à questão relacionada com a Casa Social de Casais disse que, numa reunião que mantivera com o Director-Regional de Segurança Social do Algarve este dera boa palavra de financiamento para, em protocolo com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho, adaptar o edifício em Centro de Dia. A povoação de Casais enfermava de outros problemas a necessitar de resolução, para a qual contava com a participação da Junta de Freguesia e a comunidade residente e, nesse sentido, já tivera e mantinha agendadas reuniões com os habitantes para debater ideias. Falou depois da escola EB 2 3 dizendo tratar-se de uma herança triste recebida do Ministério da Educação. Já falara, a esse respeito, com o Director-Regional de Educação pois se não houvesse um compromisso da parte dessa entidade e a autarquia tivesse de arcar sozinha com a responsabilidade das intervenções que têm de ser feitas, só poderia fazê-lo faseadamente, em função das disponibilidades financeiras. Disse ainda, a propósito do tema rede de bibliotecas e plano de leitura, que a Câmara tem colaborado no que tem sido pedido seja pela aquisição seja pela oferta de livros em mais de que um evento. Reportou-se depois à intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Alferce dizendo que muitos dos trabalhos solicitados não estavam destrinchados como tal porque estavam planeados para serem executados por administração directa, de que deu exemplos o miradouro das Barreiras, a entrada do cemitério, o camarim e o alargamento do espelho de água. Informou também que a candidatura para a electrificação da Boavista seguira já para a Energias de Portugal (EDP); bem assim continuava a acompanhar os trabalhos da barragem de Odelouca cujo empreiteiro iria, oportunamente, proceder à beneficiação da estrada Alferce / Monchicão. Os outros pedidos não eram esquecidos e seriam executados de acordo com a consabida disponibilidade financeira. Os cerca de 90 mil euro referidos pelo membro António Silvestre dariam para celebrar os protocolos, com dotações semelhantes às anteriores, e o restante valor serviria como compensação da dívida às freguesias. Para além disto era intenção da autarquia dotar as freguesias com recursos humanos para cooperarem com as equipas próprias de cada junta. Prosseguiu comentando a intervenção do membro José Armando Ramos dizendo que a

aposta na Área Social fora efectivamente uma das componentes fortes da sua campanha e a pequena verba referenciada pelo membro para esse capítulo tinha a ver com o facto de a maior parte dos trabalhos necessários irem ser feitos por administração directa e também porque teriam de envolver, para além da autarquia como parceiro, a sociedade civil, IPSS e paróquia. Falou também do parque empresarial dizendo que a Câmara ainda se encontrava a pagar despesas de estudos efectuados, conquanto se considerasse a hipótese de relocá-lo noutra sítio, que consumiria bastante menos recursos financeiros. Quanto ao parque de exposições e feiras e casa de abate disse que tais projectos só seriam viáveis através de eventuais parcerias entre o município e investidores privados; esta última, mormente, por ser também do interesse de particulares teria de merecer destes o primeiro compromisso de viabilização. Falou depois da aquisição de terrenos dizendo que o artigo mencionava-as de modo genérico sem referir especificamente que seria para o CMA ou para a Secção de Marmeleite dos BVM. A propósito do CMA disse que a autarquia encontrava-se a negociar, para criar um novo que possa, para além de possuir as valências específicas, albergar os Grupos de Primeira Intervenção e Socorro (GIPS), durante todo o ano e previsivelmente acomodar uma secção da Escola de Bombeiros. Disse depois que o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) deixara Monchique muito pobre, pois previa investimentos que não se concretizaram e sem que alguém tivesse reclamado quando do seu encerramento. Esperava que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), ainda não chegado à região algarvia, pudesse vir a proporcionar alguma satisfação para o concelho, sendo que eram previstos também alguns investimentos no contexto da Agência para o Desenvolvimento do Barlavento. Quanto à questão Receita referida pelo membro Carlos Almeida disse que havia alguns projectos do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Grupo de Acção Local (GAL) ADERE e outros que transitavam do ano anterior. Em relação à situação relacionada com o enquadramento contabilístico que reportava as despesas com pessoal, não consonante com o classificador que vigorava desde Dezembro de 2009, disse que muitas das rubricas tinham transitado do mandato anterior, com saldo, pelo que apenas no próximo Orçamento seria possível adequá-las. Disse depois que a verba referenciada de 195 mil euro destinava-se aos BVM, por deliberação tomada em reunião de Executivo. Estava em consulta pública um regulamento de

apoio ao associativismo que iria meter alguma ordem no sector, passando a ser público o conhecimento dos montantes a atribuir a cada uma das colectividades, pois estes apoios passariam a ser concedidos pela celebração de contratos-programa com essas entidades. Como ainda iria levar algum tempo até à sua publicação, a Câmara acudia para já às necessidades mais prementes invocadas contando deduzir as verbas expendidas quando da celebração de tais contratos-programa. A esse propósito deu o exemplo do clube Juventude Desportiva Monchiquense (JDM) que, no ano corrente, já recebera 15 mil euro. Em relação à intervenção do Presidente da Assembleia Municipal disse ao Plenário que o pedido fora tomado em consideração, razão pela qual estava inserida a verba de 5 mil euro no Orçamento. Falou também do Centro de Dia de Alferce, dizendo que mais uma vez a Câmara teria toda a disponibilidade para ajudar a concretizar aquele projecto, em complemento às diligências e a determinação dos seus mentores. Terminou a sua intervenção dizendo que um batalhão do Regimento de Infantaria de Faro estaria presente em Monchique nos meses de Verão para cooperar na vigilância florestal, de acordo com informação do Governo Civil.-----

Falou o membro Paula Gervásio dizendo que a sua análise não fora fria mas de situações que tinham de ficar devidamente esclarecidas, pois não se inferiam no documento, como se verificara. Disse depois que a sua referência à Casa Social de Casais deveu-se ao facto de a edificação, embora pertença da Câmara, ter estado em tempo ao serviço da Junta de Freguesia de Monchique, e verificar-se que necessitava de intervenção urgente; disse também que lamentava o agendamento da reunião com os moradores de Casais, referida pelo Presidente da Câmara, sem a participação da Junta de Freguesia que sempre reiterara a sua intenção de colaborar. Reportou-se depois ao tema escolas e bibliotecas escolares dizendo que, não obstante a autarquia também tirar dividendos disso, o bom aproveitamento escolar dos alunos do município devia-se muito ao apoio prestado pela autarquia, e esse facto fora recentemente referenciado por dois responsáveis do Ministério da Educação. A biblioteca da Escola de São Pedro, contudo, que foi objecto de protocolo em vigor, subscrito pela autarquia, abre porque alguns professores da EB 2 3 vão, voluntariamente, fazer a vez do funcionário que deveria estar lá adstrito. Para terminar a sua intervenção requereu que o Presidente da Câmara esclarecesse devidamente a questão da cobrança das taxas pela autarquia, tendo dito também que as

ny

sobre se havia a pretensão de alienar património municipal.-----
Falou o Presidente da Câmara dizendo que, de futuro, seria ideal a publicação de um documento anexo ao orçamento, esmiuçando devidamente mesmo as pequenas actividades planeadas, pois reconhecia que aquele era algo vago nesse sentido. Todavia, a política era também feita da palavra das pessoas e, até agora, pensava não ter falhado com aquilo que se comprometera para com os presentes sem admitir contudo que o acusassem de parcialidade. Falou do JDM dizendo que aquela agremiação fora efectivamente alvo de parcialidade no passado, mas na forma contrária, pois era a única associação que recebia dinheiro. Trata-se de uma entidade que lhe merecia carinho especial por ter lá praticado desporto e acreditava que finalmente estava no bom caminho e, o facto de congregar centenas de jovens, faz dela certamente uma agremiação com grande representatividade e isso certamente reflectir-se-á nos termos do contrato-programa a celebrar mas não pode continuar a ser tratada como até agora, com verbas *por baixo da mesa*, sem apresentar relatórios de actividades que justifiquem todas as verbas que recebe de que ninguém tem conhecimento. Reportou-se ao tema eventos dizendo que não lhe mereciam mais quaisquer comentários a continuação da comemoração do 25 de Abril ou da realização da Feira dos Enchidos. Terminou dizendo que o edifício *Monscicus* poderia ser uma das peças patrimoniais a ser alienada caso aparecessem interessados, pois o seu aproveitamento actual resumia-se à utilização sazonal para alojamento dos GIPS.-----

Falou o membro António José Pedro dizendo que fora presidente do JDM durante mais de seis anos e nunca a agremiação recebera subsídios de forma não transparente, mas sempre com recibos passados e constantes dos relatórios.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez ponto de ordem dizendo que não era o local para continuar a debater o tema do JDM, conquanto este tivesse interesse social, devendo isso sim a autarquia promover uma reunião com o Clube para esclarecer os diferendos.-----

Falou ainda o Presidente da Câmara dizendo que a expressão por si utilizada '*por baixo da mesa*' não fora feliz querendo apenas significar que não eram conhecidos os montantes que aquele clube recebia. Em estudo estava a sustentabilidade daquela agremiação desportiva e as possibilidades de criar uma parceria com a Câmara Municipal para uma gestão mais efectiva do

juntas de freguesia do concelho tinham reunido e aprovado já os seus regulamentos de cobrança de taxas.-----

Falou o membro Carlos Almeida tendo começado por dizer que o Presidente da Câmara podia atacar o passado como entendesse para justificar a actuação do Executivo, pois em seu tempo haveria de prestar contas. Exceptuando a ideia do tapete de flores na semana pascal, ainda não fizera nada que não fosse uma cópia dos eventos que o PS promovia. Também ainda há pouco arrogara-se como presidente de todos mas teria de sê-lo mais do que actualmente pois verificava-se que nem todos os munícipes eram tratados da mesma maneira. Reportou-se ao exemplo dado pelo Presidente da Câmara relativo ao JDM dizendo lamentar que o Executivo, invocando um regulamento, permita deixar cair por terra todo o trabalho de formação, que se vem consolidando desde há anos, que aquela entidade fomenta diariamente ao envolver mais de uma centena de crianças e jovens e que se reflecte na opinião generalizada de que a agremiação finalmente está no bom caminho. Este era, para si, um caso de discriminação, sendo que também se ia apercebendo de sintomas de tratamento diferenciado para algumas juntas de freguesia.-----

Falou o membro Humberto Varela dizendo que a verba para habitação social de Alferce não era efectivamente um empenho com aquela freguesia mas apenas uma fonte de financiamento para a própria autarquia, pois os lotes haveriam de ser vendidos. Quanto à cedência de autocarros tratava-se de um serviço que a Câmara prestava à comunidade e não propriamente à Junta de Freguesia. No que respeita às outras rubricas, da leitura dos documentos, era impossível saber se tinham ou não sendo contemplados, daí ter colocado as questões. Terminou dizendo que o Presidente da Câmara falara em atrasos no pagamento às juntas, reportados à anterior administração de que nenhum dos dois fez parte mas, passados seis meses desta gerência, a freguesia de Alferce apenas recebera ainda 5 mil euro da Câmara Municipal.-----

Falou o membro Humberto Sérgio, dizendo que fizera uma análise dos documentos da gerência de 2009 tendo chegado à conclusão que a realização do Orçamento fora inferior a 50%. Sendo este um documento, em grande parte semelhante ao anterior, com algumas adaptações tratava-se de um desafio para o Executivo fazer com que a sua concretização fosse efectiva.--

Falou o membro José Armando Ramos questionando o Presidente da Câmara

Parque de Jogos, com meios financeiros adequados.-----

Terminadas aqui as intervenções relativas aos pontos dois e três da Ordem de Trabalhos, o membro Carlos Almeida solicitou uma interrupção dos trabalhos para a sua bancada poder deliberar antes das votações.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concordou com o pedido pelo que interrompeu a sessão.-----

Retomados os trabalhos e de acordo com as indicações que o Presidente da Assembleia Municipal dera no início da reunião, não havendo mais intervenções para fazer colocou-se à votação o ponto dois da Ordem de Trabalhos.-----

Votação das Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2010.-----

Contabilizados os votos verificou-se a aprovação deste ponto, por maioria, com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Absteve-se
José Alves Francisco	Absteve-se
Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Absteve-se
Carlos Bruno Correia de Almeida	Absteve-se
António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Absteve-se
António Silvestre da Silva Nunes	Absteve-se
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Absteve-se
Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis	Absteve-se
Humberto Marques Varela	Absteve-se
Ana Paula Gervásio Penteado de Almeida	Absteve-se
Fernando António Andrez Várzea	Votou a favor
Catarina Maria Nunes Chula	Votou a favor
Stephen John Hugman	Votou a favor
Humberto Fernandes Sérgio	Votou a favor
José Armando Vicente Ramos Lopes	Votou a favor
Carlos Manuel Duarte da Assunção	Votou a favor
Marta Sofia Tiago Martins	Votou a favor

Votos a favor: sete; Abstenções: dez.-----

O membro Fernando Várzea, em nome do Grupo Municipal do PSD, manifestou congratulação pelo resultado obtido e pela boa vontade da

bancada do PS em dar a oportunidade ao novo Executivo de poder provar as suas capacidades do trabalho.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez notar ao membro que a sua intervenção extravasava o sentido de uma declaração de voto, a qual deveria cingir-se apenas ao sentido do voto próprio e eximir-se de outros comentários.-----

Seguidamente colocou-se à votação o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Votação da proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2010;-----

Contabilizados os votos verificou-se a aprovação deste ponto, por maioria, com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Absteve-se
José Alves Francisco	Absteve-se
Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Absteve-se
Carlos Bruno Correia de Almeida	Absteve-se
António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Absteve-se
António Silvestre da Silva Nunes	Absteve-se
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Absteve-se
Ângela Cristina Duarte Barroso dos Reis	Absteve-se
Humberto Marques Varela	Absteve-se
Ana Paula Gervásio Penteado de Almeida	Absteve-se
Fernando António Andrez Várzea	Votou a favor
Catarina Maria Nunes Chula	Votou a favor
Stephen John Hugman	Votou a favor
Humberto Fernandes Sérgio	Votou a favor
José Armando Vicente Ramos Lopes	Votou a favor
Carlos Manuel Duarte da Assunção	Votou a favor
Marta Sofia Tiago Martins	Votou a favor

Votos a favor: sete; Abstenções: dez.-----

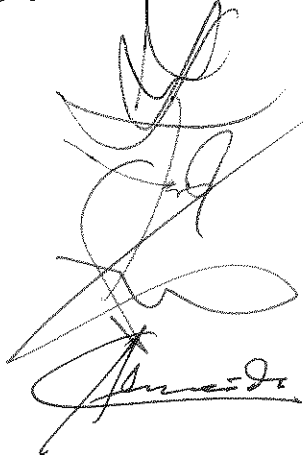
O membro Carlos Almeida, em nome da bancada do PS, disse que a abstenção dos seus membros fora no sentido de dar a oportunidade ao novo Executivo de provar a sua capacidade de trabalho e também porque se tratava de planos de continuidade dos anteriores. Conquanto a intenção

primeira dos presidentes das juntas de freguesia de Alferce e de Monchique tenha sido a de votar contra o Plano e o Orçamento, consideraram posteriormente que as explicações do Presidente da Câmara foram suficientes para esclarecer as dúvidas que ambos tinham.-----

Sendo passadas as 0h39 do dia 1 de Maio de 2010, o Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário que, por imperativo regimental, a presente sessão seria aqui interrompida para prosseguir em segunda reunião, cuja realização, após consulta que não mereceu objecções por parte dos membros, marcou para 7 de Maio de 2010, às 21h00, no mesmo local, visto o Salão Nobre do edifício do Município se encontrar em obras.-----

Tratando-se de uma sessão ordinária, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta reunião pelas 00h39 do dia 1 de Maio de 2010, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

Sec. Municipal



Vertical line on the left side of the page.

Vertical line on the right side of the page.